

PODER

Mobilização contra impunidade

Movimentos sociais, artistas e parlamentares convocam atos para domingo em protesto contra a PEC da Blindagem e a anistia

» ISRAEL MEDEIROS

Artistas, movimentos sociais e deputados iniciaram uma convocação para manifestações em todo o país, no próximo domingo, em resposta às aprovações da PEC da Blindagem — que dá uma camada de proteção a mais a congressistas e a caciques partidários contra a Justiça — e da urgência da anistia aos golpistas do 8 de Janeiro. A reação nas ruas é capitaneada pela esquerda e visa aproveitar a rejeição mostrada em pesquisas recentes aos dois temas.

Nesta semana, um levantamento da Quæst com 2.004 pessoas de todo o país mostrou que 41% dos entrevistados são contra qualquer anistia. Outra, de agosto, havia mostrado que 53% rejeitavam a proposta de blindagem.

No caso da PEC, aprovada em dois turnos na Câmara, o foco de parlamentares governistas da Câmara e de figuras públicas é pressionar o Senado, onde alguns congressistas influentes já disseram que o texto não deve prosperar.

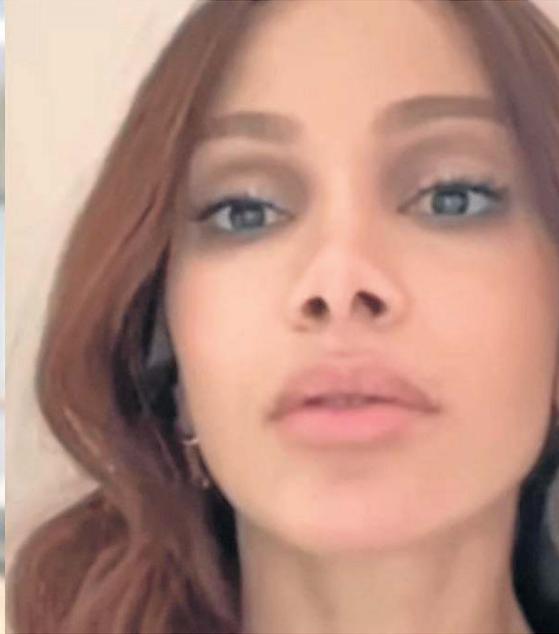
Até ontem, já havia manifestações confirmadas em várias capitais do país: Brasília — com concentração no Museu da República, às 10h —, Belém, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Curitiba. Em Natal, há previsão de manifestação hoje.

Os atos têm o mote “Congresso inimigo do povo”. Entre os organizadores dos atos, estão deputados do PSol, como Guilherme Boulos (SP) e Tarcísio Motta (RJ). Alguns, como a deputada Sâmia Bomfim (SP), também lançaram abaixo-assinados

Reprodução



Caetano Veloso chamou a proposta de “PEC da Bandidagem” e também refutou a anistia. Anitta disse esperar reação dos senadores



STF cobra explicação

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), intimou a Câmara dos Deputados ontem a enviar, em até 10 dias, informações sobre a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, aprovada no plenário na quarta-feira. A decisão é em resposta a um mandado de segurança apresentado pelo deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP). O parlamentar justificou que o texto não seguiu o rito correto de tramitação e que tem inconstitucionalidades.

Depois da votação em dois turnos, o relator da proposta, Claudio Cajado (PP-BA), incluiu, em uma emenda aglutinativa, dois trechos que haviam sido destacados (retirados para discussão em separado). Um é o voto secreto para manter ou rejeitar prisões de deputados e o outro estende o foro privilegiado a presidentes de partidos.

Kataguiri argumentou ao STF que o texto tramitou rapidamente e que tem “no mínimo quatro inconstitucionalidades”, sendo uma delas a própria emenda aglutinativa. Outro problema apontado por ele é a extensão do foro aos presidentes de partidos, que, conforme o parlamentar, vai no sentido contrário ao da jurisprudência da Corte.

Além de Kataguiri, acionaram o STF os líderes do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ); e a líder do PSol, Talíria Petrone (RJ), que pediram a suspensão da tramitação da PEC da Blindagem e a nulidade das votações da proposta. (IM)

contra a PEC. A página divulgada pela parlamentar alcançou 500 mil assinaturas em 24 horas.

“PEC da Bandidagem”

Dos artistas que aderiram à mobilização, está o cantor e músico Caetano Veloso, que refutou a anistia e chamou a proposta de blindagem de “PEC da Bandidagem”. Ele disse que o povo precisa responder nas ruas.

“A PEC da bandidagem, que é o que é, PEC da bandidagem, tem que receber da sociedade

brasileira uma resposta saudável, socialmente saudável. Uma manifestação de que grande parte da população brasileira não admite um negócio desses, ainda mais sendo agora, às pressas, levada à frente esse projeto de anistia. Não pode ficar sem resposta por parte da população brasileira. A gente tem que ir para a rua, para a frente do Congresso, como já fomos outras vezes. Voltar e dizer que não admitimos isso, como povo, nação. Não admitimos”, afirmou, em um vídeo publicado em suas redes sociais.

Já a cantora Daniela Mercury enfatizou que a aprovação da PEC da Blindagem é um “absurdo autoritário”. “Senadores, contamos com vocês para impedir esse absurdo autoritário. A PEC da Blindagem vai contra tudo o que conquistamos de melhor na nossa democracia. Transparência é honestidade com quem paga os impostos, com as cidadãs e cidadãos brasileiros”, afirmou.

A cantora Anitta também entrou no coro e compartilhou um banner com uma cobrança aos senadores: “PEC da Bandidagem, não. Senadores, contamos com vocês”.



A gente tem que ir para a rua, para a frente do Congresso, como já fomos outras vezes. Voltar e dizer que não admitimos isso, como povo, nação. Não admitimos”

Caetano Veloso, cantor e compositor

PEC não muda ações em curso

» VICTOR CORREIA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou ontem que a PEC da Blindagem, aprovada pela Câmara, não vai afetar ações judiciais em curso contra parlamentares. A medida aumenta a imunidade dos congressistas a processos criminais e vem recebendo muitas críticas desde a aprovação do texto.

“Os processos que já estão em curso seguirão o seu rumo, denúncia já recebida. A lógica que houve no passado, inicialmente, era de uma proteção bastante grande aos parlamentares. Se não houvesse licença, não havia processo”, ressaltou Mendes a jornalistas, durante inauguração do Jardim da Democracia, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O decano do STF lembrou que o Congresso adotou no passado o modelo da PEC da Blindagem, exigindo autorização do Legislativo para processos criminais contra deputados e senadores, mas que isso foi corrigido em 2001, quando o Congresso restringiu as imunidades parlamentares. Ele ainda destacou que, entre 1988 e 2001, foram poucas as vezes em que as Casas Legislativas aprovaram o prosseguimento de processos criminais.

Desde 2001, com a aprovação de uma PEC, a autorização do Legislativo não é mais necessária para a abertura dos processos, mas o Congresso tem a prerrogativa de suspender ações que considerar abusivas — o que raramente foi feito. Se a PEC da Blindagem for aprovada, haverá, ainda, aumento de privilégios para outros políticos, como presidentes de partidos, que terão foro privilegiado mesmo sem cargo público.

Questionado sobre uma possível derrubada da medida pelo STF, Gilmar Mendes disse não querer especular, mas que a proposta chegará à Corte caso seja aprovada também pelo Senado. “Certamente esse tema virá ao Supremo Tribunal Federal. Vamos aguardar. Eu ouço manifestações de alguns senadores dizendo que isso sequer será votado no Senado Federal, de modo que a gente pode estar fazendo aqui uma especulação pouco útil”, argumentou.

Já em relação à proposta de anistia aos golpistas, que está

Ed Alves CB/DA Press



Gilmar: “Certamente esse tema virá ao Supremo Tribunal Federal”



A lógica que houve no passado, inicialmente, era de uma proteção bastante grande aos parlamentares. Se não houvesse licença, não havia processo”

Gilmar Mendes, decano do STF

sendo discutida na Câmara, o ministro evitou se aprofundar. Ele justificou que ainda é cedo para saber se a matéria poderá ser derrubada pelo Supremo.

“Vamos aguardar. Ontem (quarta-feira) nós tivemos a votação da urgência do projeto de lei da anistia, cujo conteúdo nós não conhecemos. Também se fala em um projeto de redução de penas para fazer alguns ajustes, inclusive para aquelas penas aplicadas em relação ao fato do 8 de Janeiro. Vamos esperar. Talvez, na próxima semana, já haja deliberação. Aí, a gente pode ter uma avaliação mais adequada”, respondeu.

Lula: “Não é coisa séria”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, ontem, que a aprovação da PEC da Blindagem por parte da Câmara dos Deputados “não é uma coisa séria”. Em declaração em cerimônia de anúncios do PAC Seleções, o chefe do Executivo ressaltou ter ficado “muito chateado” com a decisão da Casa Baixa.

“A votação ontem (quarta-feira) do Congresso Nacional, das prerrogativas, garantindo imunidade da forma que foi garantida até para presidente de partido, não é uma coisa séria. O que precisa ser sério é a gente garantir prerrogativas de vida para o povo brasileiro”, declarou Lula.

Ontem, Lula anunciou resultados do Novo PAC Seleções para drenagem e contenção de encostas. Segundo a Secretaria de Comunicação Social (Secom), mais de 200 municípios serão beneficiados em 26 estados, com investimento total de cerca de R\$ 11,7 bilhões. O chefe do Executivo destacou que o PAC que busca prevenir tragédias climáticas é uma “demonstração de como é possível governar de forma republicana”.

Lembra do racionamento de água em 2016? Este GDF acabou com a crise.



SAIBA MAIS.



Edileuza e seu filho, beneficiados pelas obras no GDF.

2016

2025

Para acabar com a crise hídrica no Distrito Federal, este GDF ampliou a rede de abastecimento, trouxe água de Corumbá 4 para diversas cidades e acaba de beneficiar 500 mil moradores com três grandes obras. Racionamento, nunca mais. Porque este GDF foi lá e fez.

